

Este “admirável mundo novo”¹

Neyde Theml

O novo século começa tendo que dar conta de questões referentes à globalização e ao *pensamento único*, que moveram a dinâmica social das últimas décadas do século passado (RAMONET, 1988: 33-49). O processo da *globalização* é tal que nos constringe a redefinir os conceitos fundamentais sobre os quais se apoiava o edifício político democrático construído no fim do século XVIII como: Estado-Nação, soberania, cidadania e conhecimento. Tudo faz crer que a homogeneização cultural dos habitantes do planeta se acelera em face do crescimento da cultura de massa, graças à mídia, principalmente os de maior penetração e convencimento: televisão, publicidade e internet, atingindo desta forma os particularismos nacionais, regionais e étnicos (e.g., HALL, 1992: 273-326; FEATHERSTONE, 1990; FEATHERSTONE, 1997; GIDDENS e LASH, 1994; BAUMAN, 1992; HARVEY, 1989; AUGÉ, 1994; TOURRAINE, 1997).

Parece que seria inevitável a homogeneização dos costumes através da *standardização* cultural que se espalha irresistivelmente sobre todos os países, quando se vê por toda parte: *jeans, shirts, westerns, serial, shows, hamburgers, Coca, Pepsi, Pampers, self-services, shoppings* e outros. Por outro lado, o desenvolvimento técnico-burocrático, a anomia e o urbanismo atomizam e desintegram as antigas comunidades e deixa o Homem mergulhado na “multidão solitária”.

A nova hierarquia dos Estados que se desenha no mundo não se baseia mais sobre o poder do Estado Nacional ou mesmo tribal nem no controle das matérias-primas. Este controle está apoiado sobre uma atitude de dominar as inovações tecnológicas e tirar o máximo de proveito dos novos mecanismos do mercado e entre eles está a comunicação.

O ritmo da revolução tecnológica é cada vez mais e mais rápido. Assiste-se a uma transformação vigorosa no processo de informação e na *robotização*, produzindo uma desmaterialização crescente das atividades econômicas e culturais (explosão de novos veículos: televisões a cabo,

jogos de vídeo na *internet* e a própria *internet* em si). Na economia global, nem o capital, nem as matérias-primas nem o trabalho constituem em si um fator econômico. O que vale é a *relação-optimale* entre estes fatores. Para estabelecer esta *relação-optimale* a empresa (unidade de organização da produção e dos bens econômicos) não leva em consideração nem fronteiras nem regulamentos, mas a exploração “racional/inteligente” que faz da informação, da *robotização* do trabalho e da *revolução de gestão* (gerenciamento/técnicas/criatividade) a eficácia, a qualidade, a criação de necessidades infinitas, a produção de mercadorias descartáveis e a prestação de serviços (para o conforto individual). Chega-se assim ao impasse entre: o interesse da empresa e o da coletividade, entre a lógica do mercado e aquela da democracia, entre o conhecimento e a ética. As empresas globais possuem um caráter supranacional que lhes permitem agir com grande liberdade, pois não existem instituições internacionais de caráter político, econômico ou jurídico com capacidade de regulamentar eficazmente o comportamento agressivo destas empresas. Deste modo, há uma ruptura econômica, cultural e política que constitui a denominada *globalização* da economia.

Os estudos mais recentes apresentam a *globalização* como um “acidente”. Um simples *acidente da História* que substituiu a cidadania ativa pelo interesse daqueles que decidem pela única escolha para se adaptarem à nova ordem. Este fato consiste em se abdicar de toda vontade (individual ou coletiva) para melhor obedecer às injunções da anomia e da padronização. Parece-nos que estamos construindo um “homem mundial”, vazio de cultura, de sentido e de consciência do outro. Ao se impor o *pensamento único* no planeta feriu-se o próprio Homem. Esta concepção de se estabelecer um *pensamento único* se apresenta por uma imperceptível, mas onipresente política de controle de opinião. O *pensamento único* é a tradução em termos ideológicos de uma construção de dimensão universal do conjunto das “necessidades e interesses das novas forças econômico-financeiras”. E, no sistema da *globalização*, a repetição é a maneira de se demonstrar a “verdade” também única. No *pensamento único*, a economia é mais importante que o político, deste modo a democracia não é o objetivo da sociedade e sim o “mercado”. Sendo assim, a economia está na posição de comando e ela se desembrança do social e do político. Outros conceitos-chave do *pensamento único* podem ser elencados da seguinte forma: todos os sinais orientam e determinam o movimento geral para economia; a concorrência e a competitividade são as que estimulam movimento geral da economia, elas dinamizam as empresas e as conduzem a uma permanente e benéfica modernização e a privatização é a grande solução para todos os Estados Nacionais.

A repetição constante destes valores nas *mídias* deste único mundo maravilhoso aparece como um catecismo dos homens políticos de direita e de esquerda. A *globalização* confere à repetição uma força de intimidação que esconde e freia toda tentativa de reflexão livre e torna fortemente difícil a resistência à qualquer reflexão diferente. Parece-nos que se vivencia um novo tipo de “obscurantismo”. Vemos passiva e impotentemente milhões de desempregados e o seu desdobraimento social com o aparecimento das categorias dos sem-teto, sem-terra, sem-escolas, sem-hospitais... tanto na Europa quanto no Brasil; a explosão urbana e a precarização geral de suas bases; o saque ecológico; o retorno ao racismo e às exclusões de todos os tipos. Mas, ao se denunciar isto, responde-se que são simples miragens das alucinações de paranóicos ou de retrógrados. A explicação para alteração generalizada das culturas, tanto no norte como no sul do planeta, pela magia da comunicação e pela compulsão da mercantilização (*mercadorização*) é o resultado “*natural*” do progresso da tecnologia e não se pode mais voltar o tempo.

O processo de formação do *pensamento único* embutido na *globalização* critica e pune as tentativas de resistência ou mesmo da dissidência ou de conflitos. Logo, observamos a dissolução do político. Este fato é acompanhado da resignação e da desesperança, da falta de perspectiva do próprio Homem. A *globalização* financeira, o triunfo dos mercados são uma chama encantatória que valoriza a livre concorrência generalizada/salutar e o recuo contínuo da política. A *globalização* produz desigualdades novas e opressões específicas como: abandono dos compromissos sociais, a adaptação a qualquer preço a “nova onda” ou “terceira onda” e a competitividade, que leva ao individualismo extremado (a morte do outro e de si próprio). Basta observar algumas máximas, por exemplo: “*importante para seguir no mundo é ser mais competitivo que seu vizinho*”, “*os homens políticos estão sobre o controle dos mercados financeiros*” e “*o mercado governa e o governo gerencia*”.

O papel do Estado numa economia global é desconfortável. Ele não controla as trocas, nem o fluxo de dinheiro, nem informações nem mesmo das mercadorias, mas continua responsável, pelo menos em tese, pela formação do cidadão e da ordem pública interna. O fato é que a sociedade não consegue mais se representar como Estado. Estamos na era da economia financeira global. A *globalização* inibiu o mercado nacional, que era um dos fundamentos do poder do Estado Nacional. A *globalização* modificou o capitalismo nacional e diminuiu os poderes públicos. Os Estados não possuem mais os meios de se interpor ou de se opor aos mercados. Eles estão desprovidos de meios para frear o fluxo formidável de capitais

que entram produzindo euforia e saem deixando seu rastro de miséria e corrupção. A globalização e o desregramento da economia favorecem a emergência de poderes novos, com a ajuda de modernas tecnologias, que ultrapassam em permanência as estruturas dos Estados. A sorte, a incerteza, a desordem tornam-se parâmetros para medir a nova harmonia do mundo, em que os pobres, os analfabetos, a violência e as doenças não cessam de crescer. Um mundo em que um quinto da população mais rica dispõe 80% dos recursos e um quinto dos mais pobres dispõe de apenas 0,5%. Em curto prazo, o lucro imediato e os mercados são incapazes de planejar o futuro, antecipar o amanhã do Homem, reorganizar as cidades, reduzir as desigualdades, e cuidar da clivagem social. Quem neste final de século são os mestres do mundo? Quem detém além das aparências, o poder?

Constata-se que cada vez mais os governantes eleitos em batalhas eleitorais se encontram impotentes em face das novas tendências: livre troca, livre competição, privatização, monetarismo, competitividade e produtividade. O *slogan* mais usado é “*Todos os poderes aos mercados.*” As finanças, o comércio, as *mídias*, entre outros domínios estimulados pelas novas tecnologias, conhecem uma verdadeira explosão, dando nascimento a novos impérios econômicos do tipo que elaboram suas próprias leis, deslocando seus lugares de produção, deslocando, de um país para o outro, os seus capitais na rapidez da luz. Estes impérios não conhecem nem fronteiras, nem Estados, nem culturas. Divertem-se, como num jogo, com as soberanias nacionais. Os governos e os Estados parecem desamparados e incapazes de resolverem no seu nível mil problemas, como por exemplo, o desemprego em massa. Os cidadãos cada vez mais desconfiam das elites políticas e intelectuais. Ampliam-se as dissidências. Que reforma política se pode impor e controlar, democraticamente, estes novos mestres do mundo? Os jornais, quando falam do “o homem mais influente do mundo” e dos “50 homens mais influentes do planeta”, não se referem mais a um chefe de Estado, a um ministro, mais a Bill Gates, dono da Microsoft, que domina os mercados estratégicos da informação e controla as autovias ou auto-estradas da informação ou ainda os “portais” virtuais (*virtual/leitor*). A *globalização* das trocas de novos signos de comunicação foi fabulosamente acelerada.

A *globalização* implica emergência de novos poderes, que transcendem as estruturas estatais. Entre estes novos poderes, as *mídias* de massa aparecem como um dos elementos mais poderosos. A conquista de audiência está em escala planetária. As auto-estradas da informação e o seu controle representam o que foram as estradas-de-ferro, no passado.

Pela primeira vez, as mensagens audiovisuais (informações, programas, canções...) são enviadas permanentemente por cadeias de televisões ligadas por satélites ao conjunto do planeta. Esta via toca nos costumes, nas culturas, nas idéias e provoca debates. Já existem trabalhos que estudam este aspecto e falam da “*sociedade de informação global*”. Desenvolve-se a tecnologia da informação e da comunicação que tende a invadir todos os domínios da atividade humana e a estimular o crescimento dos principais setores econômicos. Uma *infra-estrutura de informação global* se espalha como uma imensa tela cobrindo o céu do planeta.

Favorecendo a interconexão de todos os serviços ligados à comunicação e à informação, um grupo de “cientistas” dedica a maior parte da sua atenção a todos os setores da sociedade. Esta atenção estimula a imbricação de três setores tecnológicos: informática, telefonia e televisão que convergem e se fundem na *multimídia* e na *internet* (a criação do espaço *virtual-leitor*). Neste sentido, podemos observar que as cifras dos negócios das indústrias mundiais da comunicação, que eram de um bilhão de dólares em 1995, dobraram, significando 10% da economia mundial. Este é o “Eldorado” a se conquistar ou a se controlar (uma parte da *multimídia*). A lógica desta nova veste do capitalismo não é o diálogo ou a aliança, mas absorção, para tirar proveito do saber-fazer, dos melhores lugares, num mercado que flutua ao sabor das imprevisíveis acelerações tecnológicas ou dos surpreendentes envoltimentos (empacotamentos), com por exemplo, o *boom* da telefonia celular. No meio da novidade, aparece o fluxo sem cessar de crescimento de dados, a conservação de informações, as transações financeiras, as imagens e os signos da tela de um monitor. *Mídias* que produzem estes dados e divulgam: edição/editores, agências de imprensa, jornais, cinema, rádio televisão e *websites*. A telecomunicação e os computadores recortam, transportam, tratam e elaboram, as informações. O objetivo destes novos “Titãs” é ser o único interlocutor (se podemos chamar de interlocutor). Para que toda esta infra-estrutura tenha utilidade é preciso que as comunicações possam circular sem entraves através do planeta. Daí, a necessidade de abrir as fronteiras de todos os Estados (soberania).

A comunicação é antes de tudo uma mercadoria (consumida) que está interessada em produzir em grande escala; é a quantidade que importa mais que a qualidade. Esta quantidade de informações diárias é também uma forma de poluição e de contaminação. O pressuposto de que “tudo é comunicação” já exerce sobre o homem uma autêntica opressão. Durante algum tempo, a comunicação foi básica, porque ela significava (desde a invenção da escrita até a da imprensa) a difusão do saber, do conhecimen-

to, das leis e da razão contra a superstição e os obscurantismos de quaisquer tipos. Agora, se impondo como obrigação absoluta, inundando todos os aspectos da vida social, política, econômica e cultural exerce uma forma de “tirania”. Ela tende a tornar-se uma das grandes panacéias de nossa época.

Hoje, há uma necessidade, de se mapear os contornos das democracias modernas. Os partidários da democracia referem-se a um Estado de direito e os direitos da pessoa seriam em fim escrupulosamente respeitados. Eles esperam o momento desta reforma justamente quando as sociedades desenvolvidas estão submetidas à violência de um fenômeno inédito: o choque simultâneo de uma tríplice revolução: tecnológica, econômica e sociológica. A revolução da tecnologia da informática vê a substituição do trabalho pelo computador (indústria, comércio e serviços); de sua casa você já pode fazer muita coisa. A concepção de produtividade se transforma; os ofícios já são ultrapassados e, por isso, desaparecem e o desemprego explode. No domínio sociológico, o desemprego em massa e a pobreza em grande escala provocam uma crise no conceito de identidade política e de identidade social, que foram substituídas nos referidos discursos por identidade nacional ou étnica ou ainda identidade religiosa. O mesmo acontece com o conceito de poder, recentemente vertical, hierárquico e autoritário torna-se cada vez mais horizontal, em rede e consensual (graças às técnicas de manipulações imediatas). Em todos os lugares, a coesão social continua a se fender, rachar ou “esgarçar o tecido social”. As fissuras sociais reavivam as antigas feridas — fronteiras contestadas, presença de minorias, purificação étnica e outras formas mais radicais. As forças de associação, federação e confederação estão frente às forças de disjunção — eclodem fissuras, rupturas e conflitos. Estas forças de disjunção estão ligadas à concepção étnica de Estado-Nação, com base no postulado “*O Estado deve exercer autoridade sobre uma comunidade étnica homogênea — língua, povo, religião, moeda e território*”. Quando isto se processa, novamente se colocam os direitos da minoria.

Não é mais em termos de classes sociais que a sociedade se auto-representa. Pergunta-se como traduzir politicamente os conflitos que não são mais conflitos de classe? Agravamento das desigualdades, aumento do desemprego, desindustrialização, degradação dos serviços públicos, profetas do monetarismo, tudo seria resolvido pela mão invisível do mercado e pelo crescimento macroeconômico? Com a abolição do controle das trocas e a globalização financeira e comercial, a expansão seria perpétua? Assim, temos a sociedade dual em que, de um lado, há um grupo de “provedores” imperativos e, do outro, uma multidão de desempregados e

excluídos. Não há outra via de salvação? O mercado dita a verdade, o belo, o bom e o justo? Hoje, as economias são todas interligadas e interdependentes. O sistema econômico é o novo totalitarismo com seus dogmas e seus sacerdotes. Temos uma política conhecida como *gestão dos equilíbrios econômicos* (no sentido explícito do termo) que passa por cima dos custos sociais e psicológicos, como: desemprego, doenças, delinquência, violência, consumo de álcool e drogas. O sofrimento conduz ao ressentimento, ao racismo e à desmoralização política. As pessoas sabem que a sua infelicidade é muito grande e seu poder está muito longe.

Neste contexto, a questão da identidade na sociedade atual está sendo vigorosamente debatida nas teorias sociais. O argumento é de que as velhas identidades, que estabilizaram o mundo social por tanto tempo, estão em declínio dando lugar a novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno como sujeito unificado. Essa denominada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança que está deslocando as estruturas e desmanchando as referências que davam aos indivíduos estabilidade no mundo social, ou seja, o conceito de identidades está sendo “descentrado”. Para Marc Augé (1994: 28), o mundo contemporâneo vive uma “mutação acelerada”, diluindo sistemas éticos, identidades e solidariedades “locais”. Stuart Hall (1992: 274-275) define a identidade como uma criação de um tempo específico e, portanto, histórico, sendo, portanto, passível de mudança e, até mesmo de “morte”.

Para Jesus Martín-Barbero (1993: 27), a definição do conceito de identidade — que antes oscilava entre a separação de um complexo múltiplo de unidades definidas pela sua diferença uma das outras e uma estrutura capaz de absorver uma multiplicidade de diferenças e ainda assim manter sua unidade básica — estaria agora sendo abordada como uma relação em que o “outro” constitui a identidade de um. Haveria, portanto, uma relação de alteridade no processo de identificação. As identidades coletivas, então, seriam “*sistemas complexos de interpelações e reconhecimentos através dos quais os agentes sociais se inscreveriam*”, de boa vontade ou com conflitos, “*na ordem das formações sociais*”. Assim sendo, o conceito de identidade passa da ótica do objeto para a do processo; de identidade para identificação a partir da relação com o “outro”, ou seja, da alteridade. Neste processo, pretendem-se a soberania, a presença e o domínio de um só modelo. Paradoxalmente, evidencia-se a sensibilidade para a singular hibridez das experiências históricas e culturais, afastando-se de uma perspectiva unitária, monolítica ou autônoma das culturas na medida em que elas mais adotam elementos “estrangeiros”, alteridades e diferenças do que excluem consciente ou inconscientemente (SAÏD, 1995: 46).

Se as identidades individuais não são algo exclusivamente dado quando do nascimento do sujeito, mas algo também construído em sua relação com o exterior, muito menos as identidades culturais são algo preexistente ao sujeito. Elas seriam formadas e transformadas dentro de um contexto social complexo composto, não apenas de instituições, mas também de símbolos e representações. A constituição de uma comunidade simbólica seria capaz de gerar um senso de identidade e aliança e de construir significados que norteiam e organizam ações e auto-imagens. As identidades resultam, portanto, de processos de identificação e, mesmo as aparentemente mais óbvias, abrigam negociações e conflitos em permanente curso, pois as identificações ocorrem no plural, sujeitas a uma diferenciação e hierarquia em relação ao “outro” (SANTOS, 1995; AUGÉ, 1998 e GRUZINSKI, 1990).

Consideramos necessário incentivar as pesquisas que se referem à questão da “construção de identidades e alteridades” e compreender as estratégias implementadas para a criação de identidades com a elaboração de modelos de comportamento e valores que permitam manter unidos grupos de pessoas que, se identificando culturalmente, se reconheçam como iguais e se distingam dos “outros”. Pertencer ou não pertencer a um grupo ou a uma sociedade é uma construção social e cultural cujo significado e forma variam no tempo e no espaço. Assim sendo, torna-se imprescindível observar e analisar as diversas interpenetrações, a intensa circulação e as apropriações culturais. Identidade e alteridade culturais envolvem a representação retórica radical da separação de culturas totalizadas, que vivem ou se pretendem viver como se fossem isoladas historicamente e, por outro lado, a retórica aberta às apropriações e a aceitação da “mestiçagem” constitutiva de subjetivar-se como o “outro” em relações dialógicas de interações e de assimilações culturais sem deixar de serem reconhecidas as diferenças. A concepção que formulamos do “outro” nos permite verificar elementos de identidade cultural que fazem com que nos reconheçamos como “nós”. Na realidade, quando construímos a explicação do “outro”, produzimos a nossa própria identidade. O processo de formação, as representações e as relações do “eu” e do “outro” são portanto objetos de pesquisa pertinentes e relevantes neste início de século. As singularidades históricas nos permitem compreender os homens e suas culturas, os homens e suas existências e os homens e sua liberdade de criar. Para isso, é necessário compreender quais as estratégias de unificação implementadas por cada chefia, *pólis*, Impérios, Estados ou grupos sociais; relações e as divisões peculiares de cada sociedade sejam das culturas tradicionais, sejam das atuais no que se refere à criação das iden-

tidades no jogo de interesses. As formas de identidades e alteridades são próprias de um contexto histórico determinado, tanto em relação aos processos internos da sociedade quanto às suas relações e contatos com outras sociedades próximas ou distantes. Assim, haveria uma multiplicidade de situações de inclusão, segregação e exclusão social: as estratégias de homogeneização (o grande medo da diversidade leva às estratégias formais e informais de vigilância/punição); as estratégias de valorização da diversidade (estratégias de favorecimento a formação de grupos fechados com lugares políticos hierarquizados); e as estratégias de “mestiçagem” cultural (estratégias de criar lugares de ambigüidade político-cultural) em que se evidencia o aparecimento de identidades fronteiriças e culturas fronteiriças. Com isto, desenvolvem-se as práticas de negociação cultural que pretendem transcender às contradições dualistas. Poderíamos chamar todo este novo estado de coisas, *de experiências relacionais*. Assim sendo, observam-se múltiplas interpenetrações do *patrimônio simbólico* e de intensa circulação e apropriações culturais. Este *patrimônio simbólico* passa alegoricamente de mão em mão pertencendo a todos (BAUDRILLARD, 1996; DAMATTA, 1978; AUGÉ, 1999).

Como ocorre o processo de comunicação e a convivência com o “outro”? As relações e conflitos entre identidade e alteridade são inerentes a qualquer sociedade e em qualquer tempo? Como as sociedades ou os grupos nas diversas espacialidades e temporalidades administram as relações de identidade e alteridade? Quais discursos que construíram e definiram o “eu” e o “outro”? Em que situação social encontra-se uma radicalização ou diluição dos perfis de identidade? Como a *globalização e o pensamento único* poderiam ser examinados no processo de “*criação de identidades e alteridades*”?

Bibliografia

- AUGÉ, M. *Não Lugares: uma Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*. Trad. M. L. Pereira. Campinas: Papirus, 1994.
- _____. *Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos*. Trad. C. Meireles e L. Duarte. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.
- _____. *A Guerra dos Sonhos: Exercícios de Etnoficção*. Trad. M. L. Pereira. Campinas: Papirus, 1998.
- _____. *O Sentido dos Outros; Atualidade da Antropologia*. Trad. F. M. da Rocha Filho. Petrópolis: Vozes, 1999.

- BAUDRILLARD, J. *El Crime Perfecto*. Barcelona: Anagrama, 1996.
- BAUMAN, Z. *Intimations of Postmodernity*. London: Routledge, 1992.
- DAMATTA, R. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- FEATHERSTONE, M. (org.). *Global Culture*. London: Sage, 1990.
- FEATHERSTONE, M. *O Desmanche da Cultura*. São Paulo: SESC / Studio Nobel, 1997.
- GEERTZ, C. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- GIDDENS, A., LASH, S. (ed.). *Reflexive Modernization*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- GRUZINSKI, S. *La Guerre des Images*. Paris: Fayard, 1990.
- HALL, S. "The Question of Cultural Identity" In: HELD, D., MCGREW, T. (ed.). *Modernity and its Futures*. Cambridge: Polity Press, 1992:273-326.
- HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell, 1989.
- MARTÍN-BARBERO, J. "Indústrias Culturais — Modernidade e Identidade". In: KUNSCH, M. (org.). *Indústrias Culturais e os Desafios da Integração Latino-americana*. São Paulo: INTERCOM, 1993.
- RAMONET, I. "Pensée unique et régimes globalitaires". In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA UERJ/UFRJ (Rio de Janeiro, 13 a 15 abril de 1998). *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro. 1998. pp. 33-49.
- SAID, E. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, B. de S. *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- TOURRAINE, A. *Pourrons-nous Vivre Ensemble? Égaux et différents*. Paris: Fayard, 1997.

Notas

¹ Este editorial contou com o apoio das pesquisas das professoras Maria Elisa da Cunha Bustamante sobre "A cultura latino-americana e o mercado globalizado" e Regina Maria da Cunha Bustamante sobre "Romanidade e africanidade: identidade e alteridade na iconografia dos mosaicos da África Proconsular".